

Abusadores Sexuais de Crianças e Jovens – Tipologias

Jorge Cardoso

(Psicólogo)

O abuso sexual de crianças e jovens pode ser definido como um comportamento de natureza sexual, implicando ou não contactos físicos, que visa a gratificação sexual de um adulto ou jovem mais velho, geralmente numa posição de poder ou autoridade sobre a vítima. Sendo o abuso sexual um fenómeno heterogéneo, complexo e multideterminado, ao longo dos tempos surgiram inúmeras propostas de sistematização deste tipo de violência sexual. As tipologias de abusadores sexuais de crianças e jovens tendem a fundamentar-se preponderantemente nas características dos agressores sexuais, nas suas motivações, nos fatores contextuais e nos comportamentos perpetrados durante a interação com a vítima.

Constata-se uma tendência para dividir os agressores sexuais em violadores e abusadores sexuais, usando-se como critério o tipo de crime sexual praticado e, não sempre mas frequentemente, a idade da vítima (adulto ou criança/jovem). No que respeita aos abusadores sexuais, existe a propensão para os agrupar de acordo com a sua posição face à estrutura familiar da vítima: os abusadores *intrafamiliares* pertencem à família nuclear ou alargada, e os abusadores *extrafamiliares* encontram-se no contexto escolar, comunitário, digital, entre outros. Esta diferenciação tende desde logo a refletir diferenças nas estratégias de aliciamento utilizadas, assim como na sua progressão ao longo do tempo, no tipo e intensidade da agressividade empregue, nas distorções cognitivas mobilizadas para legitimar os comportamentos abusivos e, por vezes, nos níveis de empatia para com a vítima. Com o objetivo de aumentar o nível de especificação, o estudo comparativo dos abusadores sexuais intrafamiliares permitiu distinguir três subtipos: *introvertidos*, que apresentam como característica central as fracas competências sociais, designadamente ao nível das interações que possam conduzir ao desenvolvimento de relações afetivas e de intimidade; *pedófilos*, que evidenciam imaturidade psicosexual traduzida numa perturbação parafilica, que sempre que transita do impulso ou fantasia para o ato perpetrado sobre a vítima representa um comportamento criminal; e aqueles que revelam traços *psicopáticos*, ou seja, o abuso sexual integra um padrão alargado de desrespeito e violação dos direitos dos outros, demonstrando uma elevada impulsividade orientada para a satisfação sexual imediata, com ausência de empatia e de remorsos. Uma outra categorização que se vem acentuando face ao crescente aumento da violência sexual facilitada pelas tecnologias é a estratificação em abusadores sexuais *offline*, i. e. com contacto direto com vítimas e abusadores sexuais *online*.

Estes vários critérios de organização classificativa, não permitem, contudo, abarcar toda a amplitude da realidade do abuso sexual. Apesar da maioria dos agressores sexuais permanecer relativamente estável na escolha das suas vítimas e nos padrões de violência sexual, existem agressores que evidenciam transversalidade quanto à idade da vítima, versatilidade quanto ao enquadramento relacional e grau de proximidade, bem como a alternância entre práticas agressivas de *hands off* e *hands on*. Relativamente a este último ponto, é comum os abusadores estabelecerem um contacto inicial através de

plataformas digitais, e desenvolverem nessa matriz um processo de aliciamento que pode culminar em posteriores dinâmicas de violência sexual presencial.

Os abusadores sexuais podem também ser descritos como *preferenciais*, quando revelam um marcado e constante interesse por crianças, em detrimento dos seus pares; ou *situacionais*, quando a agressão sexual tende a ocorrer em função do surgimento da oportunidade. A primeira categoria frequentemente está relacionada com a existência de uma perturbação pedófila, enquanto a segunda tende a ser potencializada por estados emocionais negativos, como a solidão, o tédio e o stress. Uma outra tipologia, similar à anterior, diferencia os abusadores sexuais em função de apresentarem características de *fixação* ou de *regressão*. A fixação remete para a preferência por interações com crianças, visando a sedução e o estabelecimento de uma base de confiança que permita progredir para práticas sexuais; e a regressão reenvia para o aparecimento de comportamentos de agressão sexual num quadro até então marcado por uma aparente maturidade relacional e normatividade de comportamentos sexuais, geralmente em associação ao surgimento de uma ocasião percebida como propícia, acompanhada de circunstâncias de vulnerabilidade psicológica por parte do agressor.

Também em relação às mulheres que abusam sexualmente de crianças e jovens, têm sido propostas várias tipologias, inicialmente em versão dicotômica: agressoras *passivas* ou *ativas*, consoante são apenas conhecedoras do abuso, podendo, todavia, ter comportamentos facilitadores do mesmo; ou são efetivamente abusadoras, mesmo que constrangidas por outrem. Uma outra categorização mais diferenciadora sugere a divisão em agressoras de *auto-iniciativa* e *co-agressoras*. As primeiras subdividem-se nos perfis *predisposta* (intergeracional), associado a mulheres que frequentemente tiveram elas próprias uma iniciação sexual abusiva precoce, tornando-se posteriormente agressoras dos seus filhos; e *professora/amante*, que corresponde aquelas que são motivadas pela procura de uma relação amorosa idealizada, exercendo o poder através de uma dimensão pedagógica e procurando sobretudo vítimas adolescentes. As segundas subdividem-se nos perfis *coagida*, quando o abuso ocorre sob coação de um homem, visando agradar-lhe, particularmente em contextos de extrema dependência e grande assimetria relacional; e *co-abusadora*, nas situações em que predomina um desejo primário de gratificação sexual comum a ambos, levando-os a perpetrar a agressão sexual.

A terminar, importa salientar que as tipologias de abusadores sexuais aqui referidas constituem uma breve síntese das categorizações mais comuns encontradas na literatura científica sobre a violência sexual. Sendo verdade que estas tipologias podem ser encaradas (e criticadas) como uma simplificação reducionista de uma população caracterizada por elevada heterogeneidade, é inegável que representam sistematizações úteis na investigação criminal, na compreensão das dinâmicas de abuso sexual, na planificação da intervenção com vítimas e agressores, e mesmo na prevenção deste tipo de violência.